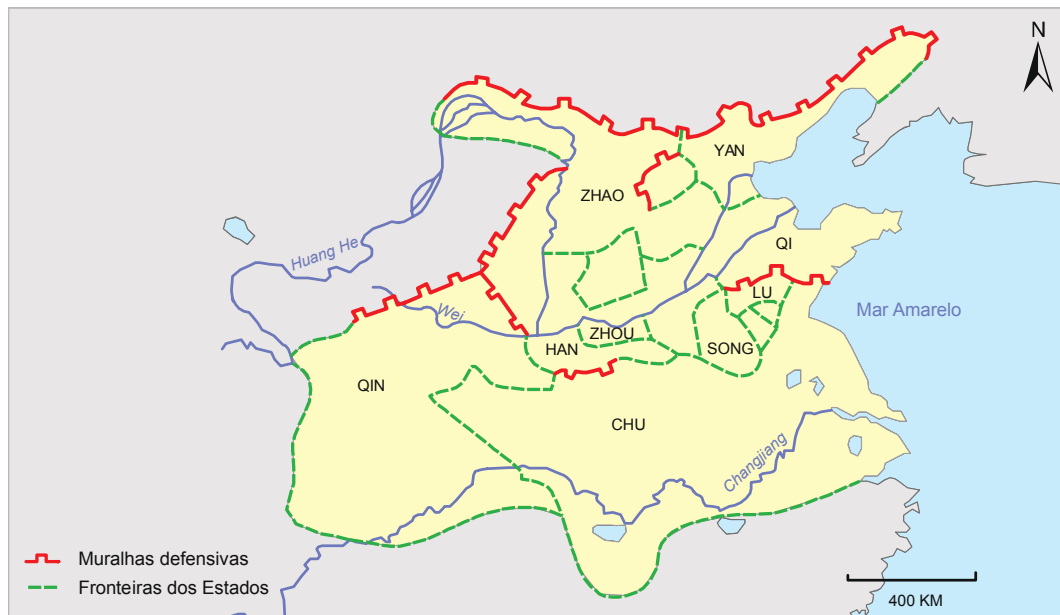


A China antiga no período Han (séculos III a. C.-III d. C.)

Doc. 1 →
Estados Combatentes,
c. 300 a. C.



Atividade:

Consulta um mapa físico e procura informação sobre as características dos grandes rios que facilitaram a fixação das populações no território da antiga China.

1. A unificação do espaço na monarquia burocrática de suporte divino

1.1. A progressiva formação da unidade cultural chinesa

Vassalo - Aquele que fica subordinado a outro, por um juramento de fidelidade.

Estados do Centro ou **Estados do Meio** - Em chinês, *Zhongguo*, palavra que entre as populações chinesas veio a designar a China.

Bárbaros - Aqueles que não faziam parte da unidade cultural chinesa.

A primeira unificação política da Índia Antiga é contemporânea da unificação que levou à formação da China. As margens férteis do Huang He (Rio Amarelo), do Wei e do Changjian (Rio Azul) tinham atraído, durante séculos, populações que desenvolveram uma civilização de base agrícola e que conheciam a escrita. Cerca de 2000 a. C., nasceram no norte da China os primeiros Estados. A sua forma de governo era a monarquia.

Um dos Estados mais antigos, o da dinastia Zhou (**Doc. 1**), impôs-se através da guerra, desde meados do séc. XI a. C., tornando os reinos vizinhos seus **vassallos**. Na área geográfica destes reinos, unidos por relações vassálicas, formou-se também uma unidade linguística, reforçada por um sistema de escrita semelhante. Estes Estados, conscientes da sua unidade face ao exterior, designavam-se a si mesmos como **Estados do Centro**.

O poder de governar era então considerado de origem divina - um «mandato do Céu» - e transmitido pelos antepassados, divinizados após a morte. Apesar destas ideias, a partir do séc VIII a. C., o Estado de Zhou começou a perder poder. Assim, e embora até ao séc III a. C., a dinastia Zhou se mantivesse, iniciou-se uma época de grande instabilidade política, de luta permanente pelo poder entre os numerosos reinos (chegaram a ser 170). Esta situação foi agravada pelos ataques dos povos **bárbaros** circundantes. Este período de turbulência ficou conhecido como dos «Estados Combatentes»; é considerado, no entanto, como fundamental na constituição da China Antiga.

O poder da dinastia Zhou começou a esbater-se, e os ritos e a música caíram em desuso; os senhores agiam a seu belo prazer [...]. Confúcio entristecia-se com a perda da linha de conduta dos antigos reis, enquanto que os caminhos do mal floresciam. Por isso decidiu compilar criticamente o «Cânone dos Poemas» e o «Cânone dos documentos» [...]. Mas era uma época de confusão e de desgraças e ninguém queria escutar Confúcio. Por isso, embora tenha oferecido os seus préstimos a mais de setenta príncipes, nenhum o acolheu. Dizia ele: «Se alguém me empregasse, em apenas um ano poderia fazer muitas coisas úteis».

Sima Qian (séc. II/I a. C.)

← **Doc. 2**

Confúcio e os governantes dos Reinos Combatentes

[Discípulo]: Qual é o fim último da humanidade? Confúcio: É amar os homens

[Discípulo]: O que distingue a humanidade? Confúcio: Ser capaz de praticar em todo o lado as cinco virtudes constitui a benevolência humana.

[Discípulo]: Quais são as cinco virtudes? Confúcio: A cortesia, a magnanimidade, a boa fé, a diligência, a bondade. Aquele que é cortês não é humilhado, o que é magnânimo conquista a multidão, o que está de boa fé é honrado com a confiança do povo, o que é diligente atinge o seu objetivo e o que é benevolente pode obter o auxílio do povo [...]. Sem benevolência não é possível suportar durante muito tempo a adversidade, nem beneficiar durante muito tempo de prosperidade.

← **Doc. 3**

Confúcio responde aos discípulos

Atividade:

Para alguns historiadores, Confúcio não teve êxito porque «estava à frente do seu tempo».

Recorrendo aos documentos documentos 2 e 3, fundamenta a tua opinião relativamente à frase citada.

1.2. A reflexão sobre o poder político

O período do séc. VIII a. C. ao III a. C. foi também de grandes transformações económicas e sociais. Por um lado, a produção agrícola aumentou, pelo cultivo alternado de cereais e soja e pelo uso de instrumentos de ferro; desenvolveram-se o comércio e o uso da moeda; cresceu o número de comerciantes. Por outro lado, na situação de guerra permanente, a nobreza hereditária perdeu poder, com a crescente importância de generais vitoriosos, muitas vezes de origem humilde.

As transformações sociais e a necessidade de afirmação dos novos governantes influenciaram o desenvolvimento de filosofias relativas ao exercício do poder político. De entre essas ideias, destacam-se primeiro as de **Confúcio**, letrado com origem na pequena nobreza.

Na época perturbada em que viveu (551-479 a. C.), o sábio defendia o respeito pelos ritos, pelas regras sociais e pelas hierarquias, como garantia de estabilidade. Mas recusava o poder assente na hereditariedade, pois considerava que só através do aperfeiçoamento moral se conseguiria a sabedoria indispensável ao exercício da autoridade. Confúcio não teve eco na sua época (**Doc. 2**). No entanto, o conceito de «benevolência» que defendeu (**Doc. 3**) influenciou outros **pensadores** que pregavam o amor universal e o respeito pelo Céu, e chamavam a atenção para os desentendimentos que o desejo de lucro podia provocar.

Ainda nesta época, nasceu outra teoria, conhecida como «Escola das Leis» ou «legalismo». Para os defensores destas ideias, em que se destacou Han Fei (280?-234 a. C.), a autoridade do Estado só poderia ser garantida por técnicas rigorosas de administração e por leis aplicadas universalmente, e não apenas através de princípios morais.

Confúcio - Latinização dos termos Kong Fuzi, ou Mestre Kong, pelos missionários cristãos do séc. XVII. A obra *Lun Yu* é a recolha dos seus pensamentos.

Pensadores - Mo-Zi (480-390 a. C.), Meng Ke (ou Mêncio, 372-289 a. C., o segundo maior filósofo da escola confucionista), entre outros.

Doc. 4 →
A edificação da Grande Muralha

Que grande é a Muralha.
Para as suas numerosas fronteiras
vêm homens jovens e robustos.
Numerosas serão também as suas viúvas.
Já não é necessário educar os filhos
e só se aleitam as filhas.
Não vês como se amontoam, junto da Muralha,
os ossos e os cadáveres dos mortos?
Poema da época Han

Doc. 5 ↓

A Grande Muralha da China, hoje património mundial



1.3. O início da época imperial

Qin ou **Ts'in** - O nome do Estado deu origem à palavra com que, fora da China, se passou a designar o país.

Huangdi - Título criado por sábios chineses, com base na tradição mitológica, segundo a qual, em tempos, tinham reinado na China três «veneráveis», *huang*, e cinco «soberanos», *di*. A junção dos dois títulos significava, assim, poder supremo e universal.

Na luta pelo poder travada entre os Estados Combatentes, os governantes da dinastia Zhou foram vencidos pelos do Estado de **Qin (Doc. 1)**, situado na confluência dos rios Wei e Huang He, e rico em cereais e ferro. O rei Zheng de Qin anexou os principais Estados chineses e anulou o poder dos restantes. Retirou os privilégios aos reis e ordenou-lhes a entrega de todas as armas. Atribuiu-se, em 221 a. C., o título de **Huangdi** «Imperador».

As lutas internas, a necessidade de união para resolver os problemas representados pelas cheias dos rios e o perigo bárbaro, ajudam também a explicar a vitória dos Qin. Para conseguir a unidade do território, foram então tomadas diversas medidas.

Para impedir as invasões dos bárbaros do norte, os Xiongnu (Hunos), foi construída a Grande Muralha (**Docs. 4 e 5**). Esta resultou de fortificações da época dos Estados Combatentes, agora ampliadas pelo trabalho de populações deslocadas compulsivamente para os locais de edificação. Guarnições de soldados-trabalhadores defendiam e povoavam as fronteiras.

Para garantir uma produção agrícola abundante foram promovidas grandes obras no curso dos rios, recorrendo a técnicos de diferentes regiões do Império. Para facilitar a circulação de mercadorias, construíram-se estradas e regularizaram-se os rodados das carroças. Foram normalizados pesos e medidas e uniformizada a moeda. Esta passou a ter forma circular e uma perfuração central, em quadrado; as formas respeitavam preceitos rituais, relativos à veneração do céu redondo e da terra quadrada; a perfuração permitia transportar facilmente as moedas, unidas por um fio.

Para manter a ordem no interior do Império foi instaurado um poder fortemente hierarquizado e centralizado, assente em leis fixas e rígidas, inspiradas pelas ideias legalistas.

O território foi dividido em trinta e seis províncias, por sua vez divididas noutras circunscrições administrativas, sendo a aldeia a mais pequena. Essas divisões permitiam o controlo da cobrança de impostos, num sistema em que, para mais rigorosa fiscalização, os funcionários só tinham direito ao descanso depois de atingirem um determinado peso de tabuinhas ou placas de bambu, em que lançavam os registos. A escrita, considerada instrumento indispensável para o controlo e a unidade do país, foi uniformizada; a exemplificação dos símbolos adotados foi gravada, em diversos locais.

Outrora o Império caiu na desordem e ninguém era capaz de o unir [...]. Cantavam-se louvores ao passado para depreciar o presente [...]. Cada um acarinhava a sua escola filosófica favorita e criticava o que tinha sido instituído pelas autoridades. Presentemente [c. 213], pelo contrário, Vossa Majestade tem um Império unificado [...]. Contudo, essas escolas unem-se para criticar as leis [...]. Se uma tal liberdade não for proibida, o poder soberano declinará [...]. O Vosso servo [Li Si] sugere que todos os livros existentes nos arquivos imperiais, exceto as memórias dos Qin, sejam queimados. Todos aqueles que, no Império - à exceção dos membros da Academia de Letrados - tiverem em seu poder o «Cânone dos Poemas», o «Cânone da História» e discursos dos cem filósofos deverão levá-los aos governadores locais para serem queimados [...]. Aquele que, referindo-se ao passado, criticar o presente será morto, com toda a sua família. Os funcionários que não reportarem os casos de que tenham conhecimento, serão considerados culpados. Aqueles que, depois de trinta dias da promulgação deste decreto, não tiverem destruído os livros, serão marcados com ferro em brasa e enviados para a construção da Grande Muralha. Não devem ser destruídos os livros que tratam de medicina, de farmácia, de adivinhação [...], de agricultura e de arboricultura. As pessoas que desejem estudar terão funcionários como professores.

← **Doc. 6**

Conselhos do Primeiro Ministro, Li Si, ao Imperador

Atividade:

Compara as opiniões de Li Si sobre o exercício do poder, expressas no documento 6, com as de Confúcio, documento 3. Indica, por escrito, duas diferenças entre elas, justificando, com recurso aos documentos, a identificação efetuada.

Para afirmar a soberania do Estado, as mesmas leis passaram a ser aplicadas a todos, independentemente do grupo social. Para evitar desvios e tornar objetivas as decisões dos juízes, foi definida uma escala de delitos e a correspondente escala de penas. Foi também criada uma escala de distinções honoríficas, de modo a premiar os súbditos cujas atividades fossem consideradas úteis ao Estado. As famílias e as comunidades aldeãs foram responsabilizadas coletivamente pelas faltas dos seus membros.

A aplicação rígida dos princípios legalistas provocou resistências, pronta e duramente eliminadas. Os letrados, acusados de encorajarem críticas e dissidências, foram alvo de perseguições e de execuções (**Doc. 6**). As famílias nobres mais importantes foram colocadas sob vigilância, na capital, Xianyang (perto da atual Xi'an).

O Imperador tomou ainda medidas no âmbito da religião. Foi restaurada a religião tradicional, ligada às forças da natureza relacionadas com a agricultura, e construídos templos em sua honra. Ao sistema de penas e de prémios estabelecido foi atribuído um significado mágico-religioso.

O Imperador, considerado «Filho do Céu» pela tradição, colocou o seu reinado sob o signo da água, apoiando-se na **filosofia dos cinco elementos**. Paralelamente, foi edificado um processo de glorificação que atingiu o máximo no palácio imperial, construído de modo a ficar oculto de olhares profanos. De igual modo, o Imperador mandou construir um sumptuoso túmulo subterrâneo, onde foi colocado um exército de centenas de figuras em tamanho natural, em terracota, para o protegerem depois da morte.

A primeira unificação da China foi assim realizada com base num regime **autocrático**.

Teoria dos cinco elementos - Terra, madeira, metal, fogo, água, elementos que se acreditava sucederem-se na organização do Mundo, num princípio de destruição do antigo pelo novo. Esta teoria teve grande expressão na interpretação dos textos literários clássicos, durante a dinastia Han.

Doc. 7 →
O Imperador Gao Di ou
Gao Zu



Doc. 8 ↓

Levanta-se o furacão, voam as nuvens.
Tal como o furacão, impus ao Universo o meu
poder e eis-me no meu país natal.
Mas onde vou encontrar heróis para defender
as minhas fronteiras?

Poema composto por Gao Di, após a vitória que o tornou
Imperador.

Atividade:

1. Justifica as preocupações do imperador Gao Di, manifestadas no seu poema (Doc. 8).
2. Indica quais as medidas que asseguraram, no Império Han, o controlo da administração.

1.4. A dinastia Han - a afirmação da monarquia burocrática

A política desenvolvida pela dinastia Qin provocou forte rejeição. Após a morte do primeiro Imperador estalaram revoltas e ocorreu um período de perturbação, a que sucedeu uma nova dinastia, os Han. Esta dinastia, uma das mais importantes da China, governou de 206 a. C. a 220 d. C. A sua importância no reforço da identidade chinesa foi tal que o próprio povo chinês se identificava, em épocas posteriores, como «povo de Han».

O primeiro imperador Han, Gao Di (**Doc. 7**), era de origem social pouco elevada. Impôs-se por ocasião de revoltas camponesas, foi feito «príncipe de Han» e liderou as forças que venceram os Qin. Ao ascender ao trono imperial valorizava, sobretudo, a força das armas que lhe tinha assegurado o poder (**Doc. 8**). Porém, conselheiros de que se rodeou, e que se opunham aos princípios da corrente legalista preconizados pela dinastia anterior, influenciaram a adoção de um sistema de governo inspirado no pensamento de Confúcio, nomeadamente no que se referia ao controlo hierárquico e ao recurso aos textos clássicos.

Apesar da influência confuciana ser fundamental, e ter atingido em meados do séc I a. C. grande importância, mantiveram-se, da dinastia anterior, princípios de raiz legalista que contribuíram para a afirmação do Estado. Os Han procuraram assim um equilíbrio entre escolas filosóficas, edificando sobre estas bases um sistema de governo centralizado e burocrático que permitia controlar um império progressivamente mais vasto.

Foi mantida a divisão administrativa estabelecida pelos Qin, mas o exercício de funções passou a ser assegurado por funcionários especificamente preparados, com base no estudo dos textos confucianos. Foi instituída, em 123 a. C., uma escola imperial para, num ano, formar bons administradores; no fim do séc. I a. C., tinha já 3000 alunos. Os funcionários eram admitidos por um regime de exames que avaliava o seu mérito, regime que foi mais tarde adotado por outros países asiáticos.

Os Han estabeleceram recenseamentos, considerados ainda hoje muito precisos, e que lhes permitiam uma rigorosa cobrança de impostos (em dias de trabalho, serviço militar e dinheiro), numa base de capitação que até abrangia as crianças.

O Céu é a origem das benesses; esconde a sua forma e projeta ao longe a sua luz [...]. Aquele que governa os homens imita o caminho do Céu, escondendo-se do mundo para ser sagrado [...]. Emprega uma multidão de homens de talento para ter sucesso, mas não conduz ele mesmo os negócios, para se preservar [...]. Os seus pés não se movem, mas são conduzidos pelos seus ministros; a sua boca não profere nenhuma palavra, mas os que guardam os selos reais expressam a sua opinião [...]. Por isso, ninguém o vê agir e contudo atinge os seus objetivos. É assim que o soberano imita o Céu. Dong Zhongshu (séc. II a. C.), *Significação Profunda do Tratado das Primaveras e Outonos*

← **Doc. 9**

O poder imperial

Atividade:

1. Explica, por escrito, em que consistia a imitação do «caminho do Céu» (Doc. 9).
2. Indica três processos de sinização utilizados no Império Han.

Para governar as regiões longínquas conquistadas, foram enviados funcionários chineses que contribuíram para a divulgação das tradições da China entre os povos submetidos. Tornou-se também prática criar escolas para instrução dos jovens, nessas regiões.

Além disso, para assegurar a paz com o exterior e a influência do Império, foi desenvolvida uma política de casamentos de princesas chinesas com chefes estrangeiros. Acontecia, também, os príncipes da Ásia central com quem a China celebrava alianças, enviarem os seus filhos, como reféns, para a corte imperial. Educados na Corte, difundiam mais tarde os costumes chineses, nos seus países de origem. Cimentando esta política de alianças, os imperadores enviavam **presentes valiosos** aos seus aliados. Estas práticas contribuíram, na China, para a integração dos povos bárbaros e garantiram a **sinização** duradoura das diversas regiões do Império e de regiões sob a sua influência.

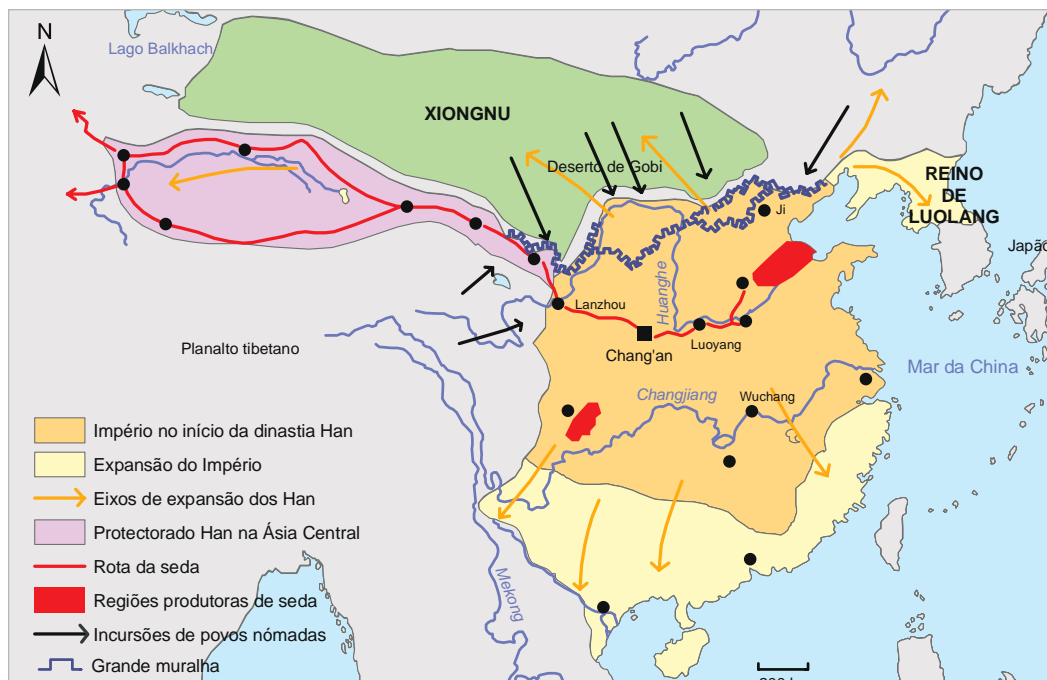
Presentes valiosos - Os rolos de seda oferecidos a chefes estrangeiros pelos Han chegaram a ser 6000, em 51 a. C., subindo para 30 000, no ano 1 a. C.

As práticas usadas pelos Han consolidaram o poder imperial, assente no conceito tradicional de monarquia de direito divino. O Imperador, que reunia funções administrativas e religiosas, era considerado Filho do Céu, assegurando a ordem na Terra, à semelhança das potências divinas que asseguravam a ordem no Mundo (**Doc. 9**). Cabia-lhe, por isso, a manutenção dos ritos antigos, respeitando as tradições e ganhando, para si e para o povo, a proteção dos deuses.

O palácio imperial, centro de todas as decisões, e o cerimonial da numerosa corte eram instrumentos indispensáveis à manutenção do estatuto semidivino do Imperador. Na Corte, para além do clero tradicional, eram também influentes pessoas de diversas regiões, conhecidas por poderes mágicos, e cujas práticas eram associadas a atos governativos. Imperadores, como Gao Di, realizavam viagens aos quatro pontos cardeais do Império, cumprindo uma função ritual e promovendo, simultaneamente, o controlo das diferentes regiões do Império.

Esta conceção do poder imperial manter-se-á até ao séc. XX.

Doc. 10 →
Extensão do Império
Han no seu apogeu



Atividade:

Consulta um planisfério político. Identifica os países que correspondem ao antigo Império Han ou à sua área de influência (Doc. 10).

1.5. A expansão chinesa sob a dinastia Han

Em meados do séc. I a. C., os Xiongnu (Hunos) agremiados agora em federações, continuavam a ser uma preocupação fundamental. Os seus eficazes exércitos (recorrendo à cavalaria e a armamento leve) eram temidos pelo Império chinês. Por isso, o imperador Wu Di (140-87 a. C.), cujo reinado correspondeu ao apogeu dos Han, enviou um emissário, à região de Bactriana (Afeganistão), com a intenção de conseguir aliados contra os Hunos. Não o conseguiu, mas o emissário trouxe importantes informações, nomeadamente sobre povos, costumes e produções das regiões por onde passou.

Entre 124 e 101 a. C., os Han conseguiram vencer os Hunos por muito tempo, e pacificar as rotas que ligavam a China ao Ocidente, atravessando a Ásia Central. Foi assim pacificada a «Rota da seda», permitindo a circulação regular de mercadorias (**Doc. 10**), pela alta Ásia, até aos mares Cáspio, Negro e Mediterrâneo, e também até ao Irão e à Índia. O contacto entre o Império Chinês e o longínquo Império Romano atingiu a sua maior expressão durante a época do Imperador romano Trajano. A «Rota da seda» ofereceu também condições para a circulação de pessoas e de ideias, caso do budismo que foi introduzido na China, nos finais do séc. I d. C. Os Imperadores Han enviaram ainda emissários e expedições militares para o leste e sudeste asiático. Na sequência dessas expedições e de vitórias, a China conseguiu estender a sua influência a regiões como a Indochina, a Coreia, a Insulíndia e o Japão (**Doc. 10**). Assim, os Han abriram a China ao exterior.



← **Doc. 11**
Atividades económicas do Estado na época Han

2. Economia e sociedade - estratégias de integração

Em sequência da expansão territorial, e da política interna, a economia e a sociedade transformaram-se profundamente. No final do período Han, a China teria cerca de 57 milhões de habitantes e Chang'an era o maior e mais próspero centro urbano da Ásia. Nas cidades fronteiriças desenvolviam-se enormes mercados. Um império tão extenso oferecia muitos recursos mas exigia também exércitos numerosos, cuja manutenção implicava gastos.

A pacificação de fronteiras e o alargamento do espaço criaram condições para o desenvolvimento da atividade de particulares. Estas condições, aliadas à disponibilidade de uma mão-de-obra abundante, tiveram como consequência o desenvolvimento de grandes fortunas, em que à mesma família era fácil estender a sua atividade ao cultivo de cereais, à pastorícia, à pesca, à fiação, ao fabrico de lacas e artigos de cobre, ao comércio e transportes.

Na época do imperador Wu Di, procurando contrariar a influência das grandes famílias e dos comerciantes, a ação do Estado estendeu-se a vários setores da economia (**Doc. 11**). Para controlar a especulação, o imperador criou um gabinete de «equalização e standardização», comprando mercadorias a baixo preço, armazenando-as e colocando-as no mercado, em época de alta de preços. Procurando assegurar os proventos necessários, nomeadamente aos gastos com a defesa, o Estado passou a ter o **monopólio** do ferro, do sal e do álcool. O Estado passou a dispor de numerosas fundições, indispensáveis à manutenção dos efetivos militares, e de diversas oficinas que fabricavam objetos de ouro e prata, móveis, espelhos, estatuetas funerárias, lacas, têxteis.

Na sociedade chinesa, a grande divisão era entre governantes e governados. Entre os governantes encontravam-se, por ordem hierárquica, os príncipes das antigas casas, os altos membros do Governo e os letrados. No entanto, a criação do Estado burocrático e o sistema de exames para a seleção do funcionalismo levaram à completa perda de influência política da antiga nobreza, substituída por funcionários de origem plebeia ligados ao reforço do poder central.

Monopólio do Estado
- Direito exclusivo do Estado, de fabricar ou de comerciar um determinado produto.

Doc. 12 →
Os letrados
confucionistas opõem-
-se ao Primeiro-ministro

O ganho material nunca deveria ser um objetivo do Governo. [Este deveria consistir] em fazer reinar a moralidade e reformar os costumes do povo. Mas atualmente, nas províncias, os monopólios do sal, do ferro e do álcool [...] foram estabelecidos para concorrerem com o lucro do povo, depreciando a generosidade autêntica dos camponeses e ensinando-lhes a avareza. É por isso que aqueles que exercem [a agricultura] se tornaram pouco numerosos e os que exercem [o comércio] tão numerosos [...]. Uma tal veneração do lucro, uma tal falta de respeito para com o que é correto, uma tal exaltação do poder e do sucesso, conduziram, na verdade, à expansão do país e à aquisição de territórios. Mas é como lançar água sobre pessoas que estão a lutar contra uma inundação: isso só agrava a sua desgraça.

Atividade:

Indica, por escrito, três motivos que levaram os sábios confucionistas a oporem-se aos monopólios estabelecidos pelo Imperador.

Wang Mang - Tomou o poder entre 9 a 23 d. C. O período que decorreu de 206 a. C., a 9 d. C. é designado como *Primeiros Han* ou *Han Ocidentais* e o período que decorreu de 23 d. C. a 220 d. C., como *Segundos Han* ou *Han Orientais*; estas designações provêm da localização das capitais, respetivamente Chang'an e Loyang.

Entre os governados, encontravam-se os camponeses, os artesãos e os mercadores. A situação dos camponeses e dos artesãos era frequentemente de miséria, agravada por ocasião de maus anos agrícolas e por impostos excessivos. Endividavam-se e acabavam por perder as poucas terras que possuíam e que tinham de entregar aos grandes senhores. Além disso, em cumprimento de ordens imperiais, os camponeses, em grande número, eram frequentemente obrigados a deslocar-se para outras regiões, para as colonizarem ou participarem em trabalhos. Existia ainda um elevado número de escravos.

A presença do Estado na economia era por vezes contestada e, além disso, nem sempre resultava como previsto. A partir de 115 a. C., verificou-se o declínio das atividades económicas de iniciativa privada, como resultado da predominância do Estado, o que agravou a situação do país. Em 81 a. C., ocorreu na Corte uma disputa sobre a legitimidade dos monopólios do Estado (**Doc. 12**). Medidas compulsivas para o exercício de atividades agrícolas conduziram a excessos de produção.

Acresce que as campanhas militares causavam grandes dificuldades financeiras, provocando situações em que o Estado não conseguia pagar salários. E as condições ambientais também levantavam problemas. Acontecia verificarem-se revoltas na sequência de inundações catastróficas, como em 48 a. C.

No início do séc. I d. C., a dinastia Han perdeu o controlo da situação. As revoltas foram encabeçadas por **Wang Mang**, de um ramo colateral da dinastia reinante. Tomou o poder (9 a 23 a. C.) e tentou uma reforma radical: retomou os monopólios do imperador Wu Di, decretou a abolição da propriedade privada da terra, lançou impostos, baixou salários. Apesar destas medidas, os preços subiram e piorou a qualidade dos produtos.

A dinastia Han retomou o poder, com o apoio de grandes famílias de proprietários, mas no final do séc II d. C. surgiram novas revoltas, a que se juntou o ataque dos bárbaros.

Para proteção da Ásia central, a Grande Muralha foi restaurada no séc. II d. C. Porém, em 220 d. C., a unidade da China desfez-se. A época Han teve o seu fim, ficando a China dividida em três Estados.

Doc. 13 ↓

Os princípios complementares e o Caminho

Molda-se a argila para fazer o vaso
Mas é do vazio que depende o uso
Uma casa tem portas e janelas
Mas é ainda o vazio que permite habitá-la
A grande música não tem sons
A grande imagem não tem forma
O caminho oculto [Tao/Dao] não tem nome
E contudo só ele sustenta e protege todos os seres

Dao De Jing (séc. III a. C.)

Doc. 14 ↓

Homens conversando - pintura mural num túmulo



3. Religião e pensamento: escolas chinesas e influência indiana.

As artes e as letras

Na cultura chinesa, o culto dos antepassados assumiu, ao longo dos séculos, uma dimensão religiosa fundamental, conjugando-se com o culto prestado às forças da natureza e determinando a moral e as opções políticas.

A tentativa de compreender, prever e dominar os fenómenos naturais levou ao desenvolvimento da astrologia e de práticas mágicas, à realização de **inventos técnicos**, e ainda à formação de teorias filosóficas sobre a harmonia do Universo. É o caso das teorias em torno da noção de que a ordem do mundo dependia do equilíbrio de princípios complementares **Yin-Yang**: positivo-negativo, feminino-masculino, obscuridade-claridade. Estas teorias, que remontavam à mais alta antiguidade, foram fixadas provavelmente no séc. III d. C.

Nas crenças relacionadas com a harmonia universal entronca também o **taoismo**/daoismo (**Doc. 13**) exposto no *Livro do Caminho e da sua Virtude*, *Dao De Jing*, atribuído a Laozi. Segundo a tradição, este sábio (cuja existência não é possível confirmar historicamente) seria anterior a Confúcio (lao significa «velho»). Sinólogos contemporâneos consideram Laozi, e a corrente daoista, posteriores a Confúcio e ao pensamento confucionista. Certo é que as duas correntes são traço integrante da civilização chinesa e da sua irradiação na Ásia.

A tradição filosófica taoista contribuiu, por outro lado, para a aceitação progressiva do Budismo na China, a partir do século I. Esta doutrina viria a assumir, porém, aspectos específicos, «sinizando-se», nomeadamente pela integração da noção de piedade filial, essencial à cultura chinesa.

Desde cedo, os governantes chineses manifestaram preocupação com o passado (**Docs. 14 e 15**), encomendando a narrativa dos feitos dos seus antepassados. Esses relatos, inicialmente organizados por dias e anos, confundiam situações reais com lendas.

Inventos técnicos - Como o primeiro sismógrafo e a esfera armilar.

Doc. 15 →
O historiador Sima Qian
expõe o seu método
(sécs. II-I a. C.)

Pesquisei e reuni as antigas tradições do Império que andavam dispersas. Dos grandes feitos dos reis, procurei o início e examinei os objetivos; vi as épocas de prosperidade e observei o seu declínio. A partir dos assuntos que discuti e analisei fiz um exame de conjunto das três dinastias e uma memória dos Qin e dos Han [...] expostos em dez Anais. Quando completei este assunto [...] fiz dez tábuas cronológicas, porque para um mesmo período havia diferenças na cronologia e as datas nem sempre eram claras. Sobre as transformações dos ritos e da música, os progressos e revisões do calendário, o poder militar, as montanhas e os rios, os espíritos e os deuses, a relação do céu com os homens, os usos económicos praticados e mudados ano a ano, fiz oito tratados.

Atividade:

1. Pesquisa, na Web, dados para construíres uma pequena biografia de Sima Qian.
2. Identifica, no documento, os critérios utilizados por Sima Qian na elaboração da sua obra.

Tudo mudou com o historiador Sima Qian (145-90 a. C.), encarregado dos arquivos imperiais e também astrólogo da Corte, no período de apogeu do Império. A sua obra, *Notas de um Historiador* (**Doc. 15**), mostra que teve acesso privilegiado aos documentos oficiais que analisou criteriosamente. Sima Qian queria retirar ensinamentos da narrativa histórica, de modo a que os governantes não cometessem os erros dos seus antecessores. Os historiadores da época Han eram, assim, juízes do passado, o que lhes dava grande importância face àqueles que exerciam o poder. Numa época em que o estudo dos textos clássicos atingiu grande expressão, os historiadores preocupavam-se também com a perfeição da escrita.

O desenvolvimento económico e social do país durante a época Han, e o contacto com diversos povos e culturas estimularam a produção de bens culturais.

Na arquitetura mais antiga, os templos, palácios e casas nobres eram construídos em madeira. Por isso, hoje apenas encontramos as bases, em terra batida ou em pedra. Porém, pelas descrições literárias e pelas reproduções em cerâmica existentes nos túmulos, sabemos que as casas podiam ter vários andares, servidos por uma escada, geralmente exterior.

O primeiro andar era, em princípio, reservado aos homens e, o segundo, às mulheres. Por vezes, no andar superior abriam-se terraços.



Atividade:

indica as características típicas da arte chinesa presentes nas obras reproduzidas nos documentos 14 e 16.

Na dinastia Han foram construídos, pela família imperial e por elementos ligados à Corte, grandes túmulos subterrâneos, através dos quais é possível reconstituir aspectos da vida quotidiana e da mentalidade dos grupos sociais da época, dada a profusão de objectos que nele eram colocados. A importância destes cultos funerários justificava mesmo a existência de oficinas destinadas ao fabrico daqueles objectos.

As paredes interiores dos túmulos eram cobertas com uma camada de argila, base para pinturas e gravuras, semelhantes às das habitações. Os temas mais frequentes eram a natureza, a mitologia, o quotidiano, utilizados também quando os suportes eram a madeira, a seda ou o papel.

Do ponto de vista técnico, as pinturas apresentavam ausência de profundidade, justaposições, sobreposição de planos. Quer na pintura quer na escultura (**Docs. 14 e 16**) era preocupação do artista transmitir o movimento, mais do que o pormenor, tirando partido da expressividade do traço ou da forma.

As artes decorativas foram renovadas nesta época, por influência dos povos que passaram a fazer parte do Império chinês, nomeadamente os povos das estepes, tendo sido atingida grande perícia no trabalho do jade.

Pelas rotas marítimas, do Pacífico ao Índico, e pela «rota da seda», pacificada durante a dinastia Han, a China recebia contributos exteriores e irradiava a sua influência às mais longínquas regiões da Eurásia.